Art. 5º. Após a devolução dos medicamentos a que se refere o Art. 3º desta lei, os medicamentos serão acondicionados em embalagens separadas de outros tipos de resíduos e encaminhados para sua destinação final adequada, observadas as disposições legais.

Art. 6º. Após a devolução dos medicamentos a que se refere o Art 4º desta lei, os medicamentos serão encaminhados aos seus fabricantes e/ou distribuidores, sem qualquer ônus para as farmácias e drogarias.

Art. 7º. É facultada às farmácias e drogarias, mas não obrigatória, a oferta de descontos ou qualquer outra forma de compensação ou ressarcimento ao consumidor que devolver medicamentos excedentes ainda em validade.

Art. 8º. Os ecopontos para a recepção dos medicamentos devem ser localizados em pontos de fácil acesso aos clientes e consumidores dos estabelecimentos.

§ 1º Os ecopontos destinados aos medicamentos de que trata o Art. 3º desta lei deverão exibir os dizeres: *“Devolva aqui os medicamentos vencidos ou deteriorados. Evite intoxicação ou contaminação do meio ambiente.”*

§ 2º Para a recepção dos medicamentos de que trata o Art. 4º desta lei, os estabelecimentos deverão exibir avisos com os dizeres: *“Para devolver medicamentos ainda em prazo de validade, procure o farmacêutico responsável.”*

Art. 9º. Os fabricantes e/ou distribuidores de medicamento não podem se recusar a receber medicamentos excedentes ainda em validade.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. O poder público, os fabricantes e/ou distribuidores de medicamento são responsáveis pela realização periódica de amplas campanhas educacionais nos meios de comunicação, incluindo os meios eletrônicos, visando a esclarecer a população sobre os riscos causados pelo armazenamento domiciliar de medicamentos e pelo descarte inadequado dos medicamentos vencidos ou deteriorados, informando sobre importância de procurar os locais onde estes medicamentos podem ser devolvidos em segurança.

§ 1º No caso dos medicamentos de que trata o Art. 4º, as campanhas devem esclarecer sobre o perigo do armazenamento domiciliar de medicamentos excedentes em validade, enfatizando a importância da logística reversa como instrumento de gestão de resíduos sólidos.

§ 2º No caso dos medicamentos de que trata o Art. 4º, as campanhas devem orientar o consumidor a procurar o farmacêutico responsável quando procurar farmácias e drogaria, especialmente no caso de medicamentos controlados.

§ 3º As embalagens dos medicamentos devem conter os dizeres: “*Não armazene medicamentos em casa. Leve-os à farmácia mais próxima. O uso, armazenamento e descarte inadequado de medicamentos causam danos à saúde e ao meio ambiente.*”

Art. 11. Cabe ao profissional de saúde, no momento da prescrição da medicação, esclarecer ao paciente os riscos do uso, armazenamento domiciliar e descarte inadequado de medicamentos vencidos ou deteriorados.

Parágrafo único: As receitas médicas devem conter os dizeres: “*Não armazene medicamentos em casa. Leve-os à farmácia mais próxima*”.

Art. 12. Caberá ao Poder Público nas esferas municipal, estadual/distrital e federal a fiscalização da plena aplicação desta Lei.

Art. 13. O poder público regulamentará as punições relativas ao descumprimento do presente Estatuto Legal.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelos estudantes Gllenio Vieira Neres e Rávilla Munique Victor de Oliveira, como requisito parcial do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, para obtenção do título de Tecnólogo sob a orientação da professora Especialista Marcia Godoy dos Santos. Como parlamentar, sirvo somente de emissário da brilhante pesquisa realizada pelos estudantes Gllenio e Rávilla, autores de fato e de direito da propositura em epígrafe.

O trabalho em comento é o resultado de uma ampla pesquisa abordando os impactos ambientais do descarte inadequado de medicamentos, na qual se verificou a virtual inexistência de instrumentos legais que tratam do assunto e se constatou que os existentes são esporádicos e regionais. Ele apresenta as razões para a implantação da logística reversa de medicamentos e destaca a tentativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em criar um acordo setorial que contemple a logística reversa de medicamentos em substituição a uma política pública que contemple o tema. Aborda, ainda, a importância da educação ambiental para a mudança de mentalidade sobre o assunto. Apoiada em ampla pesquisa bibliográfica em meio impresso e eletrônico e também em documentos legais sobre resíduos sólidos e de medicamentos, esta pesquisa teve como resultado a elaboração do projeto de lei em tela no intuito de se criar política nacional de logística reversa de medicamentos.

O processo de tratamento de água e esgoto ainda não dispõe de tecnologia suficiente para purificar a água potável de modo a eliminar completamente os fármacos residuais. Isto demanda investimentos específicos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como parte de uma política pública de logística reversa de medicamentos, pois, uma vez tratadas as substâncias correlacionadas aos produtos farmacológicos, este quadro pode ser diferente e a água potável que chegaria às residências seria 100% tratada.

A logística reversa de medicamentos, como política pública, é necessária quando se considera que a legislação tem função normativa, mas a sua implantação, independente do material a que se aplique e independente de legislação, só é possível mediante a ação educacional que esclareça os propósitos deste instrumento da PNRS, especialmente quando se trata dos impactos ambientais e dos riscos à saúde causados pelo descarte inadequado de medicamentos.

A iniciativa da ANVISA de propor um acordo setorial para a logística reversa de medicamentos, embora contemple de modo elogiável a questão do compartilhamento do conhecimento sobre o assunto, por si só não garante a existência de uma política pública que contemple o problema, pois depende mais de seus atores do que do poder público, uma vez que às agências governamentais cabe a fiscalização da prática.

A mitigação dos impactos ambientais causados pelo descarte inadequado dos produtos farmacológicos prescinde de um instrumento legal emanado do Legislativo federal, de modo a garantir que todas as regiões do país possam praticar a logística reversa dos medicamentos, principalmente porque sua implantação pode promover a possibilidade dos poderes municipais serem contemplados com verbas públicas, a exemplo do que acontece com a implantação de outras políticas públicas.

Enfim, o projeto de lei objeto resultante deste estudo determina que as farmácias e drogarias em todo o território nacional ofereçam ao público estações coletoras (ecopontos) para o recolhimento de medicamentos vencidos e também aceitem em devolução os medicamentos excedentes ainda em validade, exibindo, em local próximo e visível, material informativo sobre os impactos ambientais e os malefícios à saúde pública causados pelo descarte inadequado de medicamentos. Estabelece, também, a responsabilidade do poder público em empreender periodicamente campanhas educativas multimídia para que a população seja amplamente informada sobre a lei a que se refere este trabalho.

O singelo projeto de lei proposto pelos seus idealizadores é uma iniciativa que só pôde ser tomada porque o despertar da consciência para o problema apontou para esta fragilidade, comum em âmbito nacional. A experiência elaboração mostrou-se um desafio à parte, uma vez que restou demonstrado que a ação política do gestor ambiental é uma possibilidade real. O processo demandou longa pesquisa e provocou, nos autores, a sensação de que, de fato, pequenas ações podem resultar em grandes progressos. Sinto-me feliz em ajudar no processo final de formatação do mesmo e conto com o apoio da sociedade civil organizada e o parlamento para transformá-lo em Lei.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

Dep. Alexandre Roso
PSB/RS

Dep. Paulo Foletto
PSB/ES